SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 3.ª EDIÇÃO 7
INTRODUÇÃO 11

PRIMEIRA PARTE
TEORIAS LEGITIMADORAS DO DIREITO PENAL

1. TEORIAS ABSOLUTAS: RETRIBUIÇÃO MORAL E RETRIBUIÇÃO JURÍDICA 21
1.1 Introdução 21
1.2 Kant: retribuição moral 23
1.3 Hegel: retribuição jurídica 24
1.4 Crítica 27

2. TEORIAS RELATIVAS: PREVENÇÃO GERAL E PREVENÇÃO ESPECIAL 34
2.1 Introdução 34
2.2 Prevenção geral – Prevenção negativa 35
2.2.1 Exposição e análise 35
2.2.2 Crítica 36
2.3 Teoria da prevenção geral – Positiva ou integradora 38
2.3.1 Introdução 38
2.3.2 Welzel 39
2.3.2.1 Exposição e análise 39
2.3.2.2 Crítica 41
2.3.3 Jakobs 43
2.3.3.1 Exposição e análise 43
2.3.3.2 Direito penal do cidadão *versus* direito penal do inimigo 46
2.3.3.3 Crítica 47
2.4 Função simbólica ou retórica da pena 51
2.5 Prevenção especial (ou individual) 52

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5.1 Exposição e análise 52
2.5.2 Crítica 56

3. TEORIAS UNITÁRIAS 60
3.1 Introdução 60
3.2 A teoria dialética unificadora de Claus Roxin 62
3.2.1 Exposição e análise 62
3.3 O garantismo de Luigi Ferrajoli: o direito penal mínimo 67
3.3.1 Exposição e análise 67
3.3.2 O modelo de direito penal mínimo e garantista 70
3.3.3 Crítica 72
3.4 Função da pena na legislação penal brasileira 76

SEGUNDA PARTE
TEORIAS DESLEGITIMADORAS DO SISTEMA PENAL

4. TEORIAS DESLEGITIMADORAS 83
4.1 Introdução 83
4.2 Abolicionismo penal 86
4.2.1 Introdução 86
4.2.2 Bases críticas 87
4.3 O minimalismo radical ou abolicionismo mediato 98
4.3.1 Introdução 98
4.3.2 Papel de um direito penal assim residual e mínimo provisórios 100
4.3.3 Crítica 102

TERCEIRA PARTE
CONSIDERAÇÕES FINAIS: BASES CRÍTICAS DE UM NOVO DIREITO PENAL

5. DIREITO PENAL E POLÍTICA SOCIAL 109

6. DIREITO PENAL E ESTADO DEMOCRÁTICO 112
6.1 Natureza instrumental e subsidiária do direito penal 115
6.2 A liberdade como regra; a não-liberdade como exceção: o direito penal como afirmação da liberdade 116
6.3 Função principal do direito penal – Prevenção geral negativa-subsidiária 117

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3.1 Prevenção sem direito penal 118
6.3.2 O direito penal como sistema de garantias 119
6.3.3 Prevenção especial como parte da prevenção geral 119
6.3.4 A retribuição como limite da prevenção 119
6.4 O delito como conflito: a flexibilidade do direito de punir ... 120

7. PARA ALÉM DA FILOSOFIA DO CASTIGO 122
7.1 Introdução 122
7.2 Limites estruturais da intervenção penal 125
7.3 Quatro casos paradigmáticos 126
7.3.1 Caso 1 126
7.3.2 Caso 2 128
7.3.3 Caso 3 128
7.3.4 Caso 4 129
7.4 Para além da "filosofia do castigo": em busca de uma nova resposta penal 130
7.5 O que se poderia, então, sugerir em tal caso? 132
7.6 Conclusão 137

BIBLIOGRAFIA 139

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br